

AUDIMAX SONORIZAÇÃO E EVENTOS LT

CNPJ nº 10.781.968/0001-56

Avenida José Malaquias, 100 – Reta – Macuco – RJ

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SUMIDOURO – RJ

AUDIMAX SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 10.781.968/0001-68, situada à Avenida José Malaquias, 100 – Reta – Macuco RJ, vem, por intermédio de seu representante legal, MAXIMILIANO DE SOUZA ESPÍNDOLA, brasileiro, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 111992178 – IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 078.918.567-96, abaixo assinado, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO ante sua INABILITAÇÃO no Pregão Eletrônico nº 075/2023, conforme abaixo:

DA TEMPESTIVIDADE

Após realização do certame, no dia 06/06/2023, e a consequente inabilitação, foi manifestada a intenção na interposição de recurso, conforme estipulado em Edital, sendo aberto o prazo de 03 (três) dias úteis, ficando estipulado o prazo final para apresentação da peça recursal dia 13/06/2023, sendo, portanto, tempestiva presente peça.

DOS FATOS

A empresa, ora RECORRENTE, participou do pregão mencionado, vindo a sagra-se vencedora nos itens 09, 10, 12 e 16, conforme disputa realizada no dia 06 de junho do corrente ano.

Ocorre que após a fase competitiva e ter sido vencedora dos itens, pelo Pregoeiro foi declarada INABILITADA, por deixar de apresentar os Demonstrativos de Resultados do Exercício – DRE, itens 9.1.10 a 9.1.14, do Edital de Convocação.

Após decorrido o prazo de negociação e aberto o prazo de intenção de recurso, manifestamos a intenção na apresentação por entendermos que se trata de documento que demonstra a condição pré-existente, podendo o mesmo ser juntado pelo Pregoeiro, visando o saneamento da habilitação.

DA FUNDAMENTAÇÃO

A empresa apresentou todos os documentos exigidos no edital de Convocação, sendo verificado pelo Pregoeiro que no Balanço Patrimonial não constavam os índices solicitados nos itens 9.1.10 a 9.1.14.

Cabe mencionar que o dever de licitar da Administração Pública é



AUDIMAX SONORIZAÇÃO E EVENTOS LT

CNPJ nº 10.781.968/0001-56

Avenida José Malaquias, 100 – Reta – Macuco – RJ

cláusula consagrada pela Constituição Federal, visando a busca da proposta mais vantajosa para Administração.

A doutrina atual, no que concerne à participação das empresas em certames licitatórios, vem se adequando cada vez mais ao cenário de flexibilidade, possibilitando assim a participação das empresas, como ocorre nos casos das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com o advento da Lei Complementar nº 123.

Ademais, as Cortes de Contas vêm se movimentando para estarem em consonância com a modernidade dos certames.

Assim, o Tribunal de Contas da União acordou o entendimento da possibilidade de juntada de documento que deveria estar na fase habilitatória, desde que o mesmo seja condição pré-existente, conforme dispõe o Acórdão 1211/21

“...Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).” (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)

Note-se que os documentos solicitados são de condição *sine qua non* para apresentação do Balanço Patrimonial junto às Juntas Comerciais em razão de registro do Balanço, estipulado pela Lei Civil.

Assim, a condição pré-existente do referido documento é condição fática, o que coaduna com o Acórdão 1211/21, que fora devidamente mencionado pelo Pregoeiro após sua decisão de Inabilitar a Recorrente, conforme abaixo:

- “Pregoeiro - 06/06/2023 15:01:03

Prezados, os documentos anexados pela comissão comprovam condição pré-existente conforme preconiza o Acórdão 1.211/21. Ressaltamos que os documentos pendentes podem ser juntados ao rol de documentos apresentados pela empresa com base na decisão do TCU conforme o entendimento do Acórdão 1.211/21-P, indicando que "admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar CONDIÇÃO PRÉ-EXISTENTE à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)".

AUDIMAX SONORIZAÇÃO E EVENTOS LT

CNPJ nº 10.781.968/0001-56

Avenida José Malaquias, 100 – Reta – Macuco – RJ

Confira a íntegra da decisão em <http://bit.ly/ac468-22>. Ressaltando que podemos apenas utilizar esta prerrogativa para documentos de fácil acesso e consulta através dos sites oficiais.

A descrição do ato do Pregoeiro foi retirada da Plataforma de Pregão Eletrônico LICITANET.

DO PEDIDO

Ante todo o acima mencionado requeremos a Vossa Senhoria o que segue:

- 1 – Que seja o presente Recurso, conhecido e provido ante sua tempestividade;
- 2 – Que seja juntado ao documento, inicialmente apresentado, os documentos solicitados nos itens 9.1.10 a 9.1.14, conforme anexo, com base no Acórdão 1211/21;
- 3 – Que seja a empresa AUDIMAX SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA, declarada Habilitada para prestação dos serviços vencidos por ela no certame;

Nestes Termos;

Pede Deferimento.

Macuco – RJ, em 13 de junho de 2023.



Maximiliano de Souza Espíndola
Sócio Administrador

10.781.968/0001-56
AUDIMAX SONORIZAÇÃO
EVENTOS LTDA-ME
Av. José Malaquias, 10
Reta - Macuco - RJ
CEP: 28.545-000